



# **Controle da inexecução orçamentária da política de prevenção a desastres em face da majoração dos custos da sua remediação**

**Élida Graziane Pinto**

**Livre-docente em Direito Financeiro pela USP**

**Doutora em Direito Administrativo pela UFMG**

**Professora da FGV-SP**

**Procuradora do MPC-SP**

# Riscos fiscais ambientais devem ser monitorados

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/05/28/para-brasileiros-senadores-podem-ajudar-a-evitar-tragedias-ambientais-indica-datasenado>

## Avalie a importância de cada atividade relacionada ao trabalho dos senadores para a prevenção de tragédias ambientais

97%

**Fiscalizar as políticas públicas** do Poder Executivo para proteção do meio ambiente

97%

Aprovar leis que obriguem as empresas e órgãos a **investir na prevenção** de acidentes ambientais

95%

Aprovar leis mais rigorosas para **punir os responsáveis**

95%

**Debater com a sociedade** formas de evitar acidentes ambientais

91%

criar uma comissão parlamentar de inquérito, **CPI**, para **apurar as responsabilidades** sobre a tragédia

**Ausência de  
prevenção enseja,  
no mínimo,  
depreciação do  
patrimônio público  
(patrimônio  
ambiental), algo  
que precisamos  
incorporar na  
contabilidade  
pública**

## **Lei 4320/1964**

**“Artigo 108. Os orçamentos das entidades referidas no artigo anterior vincular-se-ão ao orçamento da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, pela inclusão:**

**[...]**

**§ 2º As previsões para depreciação serão computadas para efeito de apuração do saldo líquido das mencionadas entidades.”**



## ANÁLISE E OPINIÃO - A MENSURAÇÃO DA DEPRECIAÇÃO AMBIENTAL

“Os balanços apontaram que somente Brasil e Rússia apresentarão patrimônios líquidos positivos em 2050; o consolidado do planeta mostrou um déficit de quase um quarto do PIB mundial.”



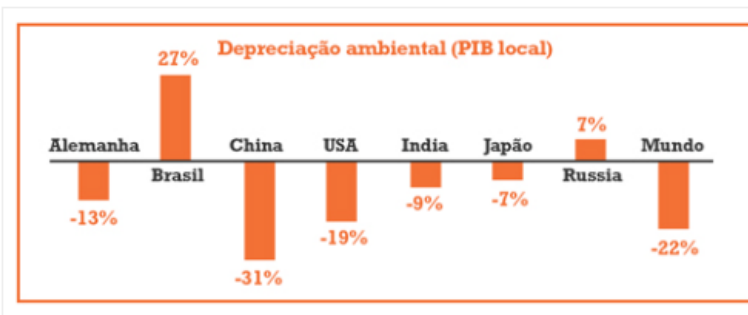
Enquete realizada na FEA com alunos, professores e funcionários constatou que a maioria das pessoas (62,5%) acredita que estamos vivendo um período de crise global envolvendo fenômenos como aquecimento global, fim da era do petróleo e dos fertilizantes químicos, perda da biodiversidade, erosão e desertificação, esgotamento da disponibilidade de água e solo agrícola, tráfico de drogas, criminalidade e guerras, explosão populacional, êxodo rural e migrações internacionais, ref ugiados do clima, empobrecimento e concentração de riquezas, alienação cultural e política.

Destes, 18,8% afirmaram que o problema é "sério" e exige mudanças inclusive nas grades curriculares de nossos cursos (já estamos trabalhando nisso); 6,3% acreditam que o problema é "seríssimo" e com tons apocalípticos; e 37,5% acham que o problema é "muito sério", mas esperançosos em uma solução que virá de um novo modelo de crescimento sustentável, citando inclusive as vantagens naturais do Brasil. Os restantes 37,5% acreditam que o problema "não é sério" (28,1%) ou são "indiferentes" (9,4%). Como equacionar todos esses problemas tendo em vista que seremos nove bilhões de habitantes em meados deste século e os níveis de CO2 na

atmosfera indicam um aumento médio da temperatura entre dois a quatro graus Celsius?

A pesquisa Balanço Contábil das Nações (NECMA, 2008) foi feliz em abordar essa questão de forma multidisciplinar, ganhando inclusive o prêmio DOW/USP de Sustentabilidade, propondo um modelo que permite elaborar relatórios contábeis depaíses. O ativo ambiental é avaliado pelo PIB ajustado pela depreciação ambiental em função do consumo de energia em tonelada equivalente de petróleo; o patrimônio líquido é mensurado pelo saldo residual de CO2 previsto até meados do século; e o passivo ambiental representa as externalidades globais de cada país em relação ao meio ambiente.

Os balanços apontaram que somente Brasil e Rússia apresentarão patrimônios líquidos positivos em 2050 e o consolidado do planeta mostrou um déficit de quase um quarto do PIB mundial. Cada um dos habitantes deveria provisionar anualmente US\$ 2,3 mil para mitigação dos efeitos do aquecimento global. A depreciação ambiental foi mensurada a partir dessas externalidades e mostra que China e EUA têm taxas aceleradas de depreciação (ver gráfico).



Há quem associe essa taxa de depreciação como proposta de ajuste ao PIB tradicional, ou PIB Verde como interpretou Cristina Tavelin (Gazeta, 2009) e, nesse sentido, que pudesse orientar as realocações de recursos entre os países por meio de políticas públicas, tributos, instrumentos financeiros e outros meios de compensação.

Nelson Carvalho, membro fundador do NECMA/USP, participa do International Integrated Reporting Committee ([www.theiirc.org](http://www.theiirc.org)) e o objetivo desta seleta equipe de 40 representantes do G20, liderada pelo Príncipe de Gales, é propor normas para a elaboração de Relatórios Contábeis Integrados (One Report), nos quais as empresas serão convidadas a reportar seus desempenhos nas dimensões econômica, social, ambiental e governança.

Com o passar do tempo, as externalidades negativas tendem a ser reduzidas ou transformadas em novas oportunidades de negócios e as empresas, de corresponsáveis pela degradação ambiental, assumirão o seu papel como atores fundamentais na transição para uma economia sustentável.

José Roberto Kassai

Professor do Departamento de Contabilidade e Atuária e Coordenador do Núcleo de Estudos em Contabilidade e Meio Ambiente - NECMA / USP

**Data do Conteúdo:** quarta-feira, 26 Outubro, 2011

**Departamento:** FEA

# Preservação do patrimônio público é prioridade orçamentária

## Lei de Responsabilidade Fiscal

**Art. 45.** Observado o disposto no § 5º do art. 5º, a lei orçamentária e as de créditos adicionais **só incluirão novos projetos após adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.**

**Parágrafo único.** O Poder Executivo de cada ente encaminhará ao Legislativo, até a data do envio do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, relatório com as informações necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo, ao qual será dada ampla divulgação.



<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-03/falta-de-pessoal-e-de-verba-e-desafio-das-defesas-civis-municipais-diz-pesquisa>

# Falta de pessoal e de verba é desafio para defesas civis municipais

*Órgãos estão despreparados para desastres climáticos, mostra estudo*



Publicado em 05/03/2023 - 14:45 Por Ludmilla Souza - Repórter da Agência Brasil - São Paulo

ouvir:



As chuvas extremas que assolaram o litoral norte de São Paulo no último carnaval, com deslizamentos de encostas, alagamentos e bairros isolados por interdição de vias de acesso, evidenciou o trabalho da Defesa Civil e os esforços que este órgão precisa fazer para salvar vidas e reduzir danos. Mas, uma pesquisa mostrou que as defesas civis municipais do país enfrentam falta de verba, de pessoal e de estrutura.

Responsável pelo mapeamento de áreas de risco, prevenção e contenção de desastres ambientais, as defesas civis municipais devem alertar e assessorar a população. Porém, em 67% desses órgãos, o déficit de recursos é o principal entrave para a realização do trabalho (26% corresponde à falta de dinheiro; 22% de equipe e 19% de equipamentos).

Com base em questionário aplicado em 1.993 cidades que participaram da [Pesquisa Municipal em Proteção e Defesa Civil](#), 72% dos municípios responderam não ter orçamento próprio para a área, não contando com dinheiro de outras secretarias ou, às vezes, nem sequer da própria prefeitura.

## Relacionadas

Geral

**Rio de Janeiro tem acordo com a Nasa para prevenir desastres naturais**

## Verba federal prevista para prevenção de desastres é a menor em 14 anos, diz associação

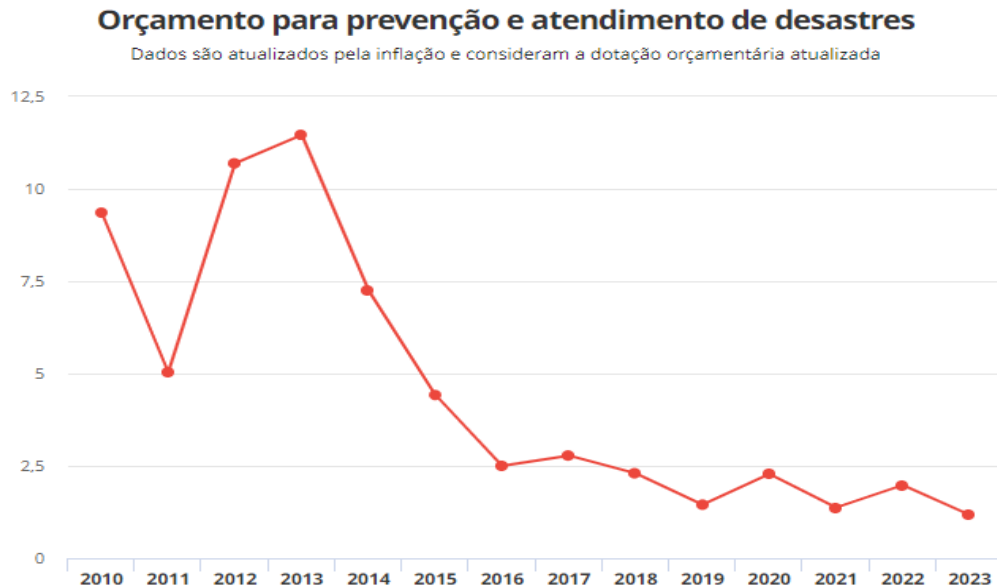
Levantamento do Contas Abertas considera valores atualizados pela inflação. Para 2023, Orçamento da União prevê R\$ 1,17 bilhão para ações contra desastres naturais.

Por **Jéssica Sant'Ana, g1** — Brasília  
20/02/2023 19h04 · Atualizado há 8 meses



A série histórica da Associação Contas Abertas mostra valores atualizados pela inflação, considerando a dotação orçamentária atualizada de anos anteriores. A verba é a prevista todo o ano de 2023, caso não haja uma suplementação do valor.

O pico foi em 2013, conforme mostra o gráfico a seguir:



Fonte: Associação Contas Abertas

## Dinheiro nem sempre é usado

A previsão orçamentária, contudo, não significa que os valores serão de fato empregados pelo governo.

Os dados históricos mostram que, de 2010 a 2022, do valor total autorizado em orçamento - R\$ 64,1 bilhões em valores constantes - foram efetivamente pagos R\$ 40,7 bilhões, ou seja, 63,6%.

"A questão, ao meu ver, não se resume só em recursos. Em grande parte, esses valores não chegam nem a ser gastos porque faltam projetos", diz o economista Gil Castello Branco, fundador e secretário-geral da entidade Contas Abertas.

Segundo ele, é preciso haver maior integração entre União, estados e municípios para que a verba seja efetivamente alocada nas obras necessárias à prevenção de desastres.

# Nos últimos 12 anos, governos de SP investiram 62% da verba aprovada para prevenção de desastres naturais

Entre 2011 e 2022, governo estadual sempre executou valores abaixo daqueles aprovados pela Alesp para a área de Infraestrutura Hídrica e Combate a Enchentes, que incluem situações como a ocorrida no desastre do Litoral Norte do estado.

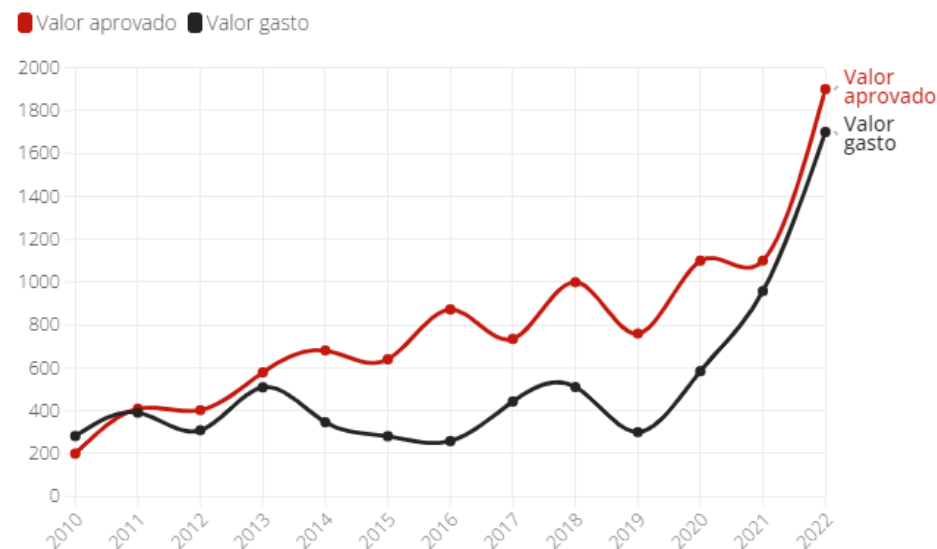
Por Léo Arcoverde, GloboNews

23/02/2023 04h00 · Atualizado há 8 meses



A Secretaria Estadual da Fazenda e Planejamento disponibiliza dados da execução orçamentária - tanto receita (arrecadação) quanto despesa (gasto) - de 2010 para cá (**confira na arte abaixo**). A atualização é feita até o dia anterior ao da consulta. A reportagem analisou os números da rubrica -- item orçamentário -- denominada Infraestrutura Hídrica e Combate a Enchentes, que inclui também a prevenção a desastres naturais.

## Verba de combate a enchentes no estado de SP



# Tudo é uma questão de prioridade alocativa...



# **Qual é a nossa cota de responsabilidade?**

- **Anexo de Riscos Fiscais**
- **Contabilização da Depreciação do Patrimônio Público pelo prisma ambiental**
- **Planejamento de investimentos e dever de priorizar a prevenção a partir do foco da preservação do patrimônio público ambiental**
- **Adequada rede de diagnóstico federativo é o ponto de partida para qualificar o gasto, ao que se soma o dever de monitoramento pelas diversas instâncias do sistema de controle**
- **Dano ao erário do custo majorado da remediação em face da inexecução das dotações para prevenção: uma disputa hermenêutica necessária**



**Obrigada!**